



Uma Serra de almas negras: o tráfico de escravos e a reposição da mão de obra cativa nas pequenas propriedades da Serra da Mantiqueira – Século XIX.

ANA PAULA DUTRA BÔSCARO*

Introdução:

Como bem se sabe, em Minas Gerais, além da presença preponderante de pequenas unidades produtivas, houve também a supremacia da figura do pequeno proprietário, comumente caracterizado pela ausência de mão de obra cativa e/ou pela presença de um reduzido número de mancípios em suas escravarias. Carlos Magno Guimarães e Liana Reis foram os primeiros autores a destacarem a relevância das pequenas propriedades na Capitania. Ao analisarem as pequenas unidades produtivas mineiras, os pesquisadores perceberam a diversidade dos ofícios, as atividades produtivas e as diferentes possibilidades de aplicação do trabalho escravo em economias não exportadoras (GUIMARÃES & REIS, 1986).

Constatações semelhantes foram verificadas por Adriano Braga Teixeira e Fábio Pinheiro que, ao investigarem a estrutura de posse cativa presente no Termo de Barbacena na primeira metade do século XIX, reconheceram a supremacia de propriedades escravas que contavam com a presença de um até cinco cativos em sua composição social, demonstrando ser esta a estrutura de posse mais recorrente na região (TEIXEIRA, 2005; PINHEIRO, 2007). Tais resultados ratificaram as afirmações de Francisco Vidal Luna que, ainda no ano de 1718, constatou que a região mineira era formada, majoritariamente, por pequenas propriedades escravas (LUNA, 1982).

A superioridade numérica de pequenas unidades produtivas foi comprovada também por Douglas Libby que, ao analisar a estrutura de posse cativa na Província de Minas Gerais, destacou a primazia das pequenas propriedades, em especial, daquelas que contavam com a presença de um a cinco escravos. De acordo com o autor, a hegemonia quase que absoluta das pequenas escravarias pode ser entendida como o legado que o século do ouro deixou às Minas oitocentista, produzindo no território não somente a dispersão da propriedade de escravos por amplos setores sociais, como também a ausência de grandes posses cativas (LIBBY, 2008).

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).



Ora, a superioridade numérica de pequenas unidades produtivas em Minas Gerais é notoriamente reconhecida. Ainda assim, poucos foram os trabalhos que se dedicaram a analisar, de forma mais detida, esses domicílios. Ao eleger como objeto de análise as

pequenas propriedades de escravos que se encontravam presentes na Serra da Mantiqueira, Minas Gerais, uma série de questões podem ser suscitadas: o tráfico de escravos foi um mecanismo de reposição utilizado somente pelos grandes proprietários locais, ou esta foi uma realidade vivenciada também pelos pequenos produtores da região? Como estes indivíduos buscavam repor a mão de obra cativa existente em seus domicílios? Quais as principais características da população escrava que compunham essas pequenas escravarias? Seriam estes mancipios predominantemente crianças, mulheres e idosos, por ser a mão de obra mais barata e acessível do mercado? Essas são algumas das questões que o presente trabalho buscará responder, contribuindo sobremaneira para o melhor entendimento acerca do comércio de almas que foi praticado nas localidades mais distantes que compunham a Comarca do Rio das Mortes, na primeira metade do século XIX.

A Serra da Mantiqueira

A origem e a história de Minas Gerais encontram-se completamente atreladas à história da descoberta das primeiras jazidas de ouro e faiscação de diamantes nos córregos e ribeirões que cortavam a montanhosa região dos matos gerais dos índios cataguás. A notícia da descoberta do ouro em Minas Gerais desencadeou o processo de povoamento dessa região, e após os primeiros descobertos auríferos, a Capitania foi ocupada de forma rápida e intensa, por homens e mulheres das mais diversas origens e condições sociais, vindos tanto do Reino de Portugal quanto de outras partes da América portuguesa.

Esses indivíduos, seduzidos pela possibilidade de enriquecimento fácil, vinham em busca de ouro e outras pedras preciosas, e, justamente por isso, rumavam sentido às minas recém-descobertas. No entanto, chegar às Gerais significava também ter de enfrentar inúmeros percalços. Encoberta por matas virgens e densos nevoeiros, a viagem só podia ser feita à custa de grandes esforços. Além disso, o percurso que era demasiadamente extenso, contava ainda com uma extrema falta de segurança, causando temor não somente nos viajantes, mas nas próprias autoridades administrativas da Coroa, que muitas vezes tinham de usar este trajeto para transportar o quinto do ouro exigido pelo rei (ANTONIL, 1982: 181-184; LAGUARDIA, 2015: 60).

Fazia-se necessária, portanto, a existência de um percurso mais conveniente, menos extenso e mais seguro. Assim, no ano de 1725 o projeto do Caminho Novo foi concluído, e além de promover a conexão entre as zonas auríferas e o Rio de Janeiro, passou a interligar também diversas regiões mineiras, como Vila Rica, Borda do Campo, Registro Velho, Matias Barbosa e Simão Pereira (RODRIGUES, 2002: 78; LAGUARDIA, 2015: 62-63). Ao longo

desse trajeto, novos ranchos foram sendo construídos e as atividades agropecuárias foram se desenvolvendo de forma cada vez mais intensa. Dessa forma, com intuito de coibir o frequente contrabando de ouro e das demais mercadorias, o governo metropolitano, além de conceder sesmarias às margens da estrada, ordenou que os desvios e logradouros existentes ao longo do Caminho fossem proibidos, de modo que o transporte dos produtos que eram comercializados somente pudesse ser realizado por meio dos percursos ditos “oficiais”.

As “áreas proibidas”, isto é, as trilhas e os trajetos não oficiais, correspondiam aos Sertões do Leste (atual Zona da Mata mineira) e da Mantiqueira (atual região das Vertentes), e perfaziam a maior parte da jurisdição da Comarca do Rio das Mortes e da Comarca do Rio das Velhas (OLIVEIRA, 2012: 102). Todavia, ainda que a Coroa tivesse ordenado a não ocupação e travessia desses caminhos, muitos foram os sertanistas, fazendeiros e comerciantes que se aventuravam a passar por estas áreas, fazendo com que os Sertões do Leste fossem aos poucos sendo ocupados.

As localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, situadas na Serra da Mantiqueira, em uma região que foi genericamente denominada como Borda do Campo, foram descobertas no bojo das ocupações gerais da região mineira, ou seja, ainda no contexto dos primeiros descobertos auríferos. Contudo, a mata densa e a presença de serras íngremes muito dificultaram a ocupação inicial dessas localidades, de modo que o povoamento efetivo dessa região somente foi concretizado no final do setecentos.

Mais afastada dos grandes núcleos mineradores do século XVIII, as localidades supracitadas caracterizavam-se inicialmente pela ausência de um espaço político administrativo e pela grande quantidade de terras livres (OLIVEIRA, 2012: 102). Com a queda da produção aurífera, as atividades agropecuárias se tornaram ainda mais importantes, fazendo com que as áreas até então pouco povoadas e que possuíam terras em abundância passassem a ser uma opção altamente atrativa, especialmente para aqueles indivíduos que desejavam se dedicar a produção de alimentos e criação de animais.

Entre os anos de 1740 e 1770, o governo ordenou a doação de centenas de sesmarias, estimulando a abertura de picadas e trilhas entre as propriedades anteriormente estabelecidas na Serra da Mantiqueira. Na medida em que esses limites eram expandidos, ampliava-se também a fronteira econômica e a abertura de estradas e linhas de comunicação antes inexistentes. Como consequência, nos finais do século XVIII a Serra da Mantiqueira recebeu dezenas de emigrantes portugueses provenientes tanto da região do Minho, noroeste de Portugal e arcebispado de Braga e Viana, quanto de portugueses originários dos Açores e

Madeira. Esses estrangeiros, assim como os nacionais paulistas e fluminenses provenientes de Parati, Pindamonhangaba e Taubaté, estimulados pelo livre acesso a terra e também pela ausência de uma fiscalização mais rígida por parte das autoridades, dirigiram-se para os sertões da Mantiqueira, e aos poucos foram ocupando as cinco localidades por nós analisadas (OLIVEIRA, 2012: 102-103).

Por fim, importa-nos ressaltar que, paralelo a este processo formal de doações de sesmarias, houve espaço também para fixação de homens e mulheres menos abastados e dispostos a arrendar terras para produção agropastoril em menor escala, ou mesmo em se estabelecer em pequenas roças com suas famílias (OLIVEIRA, 2012: 106). A possibilidade de se tornar um proprietário de terras nestas localidades, mais afastada dos grandes núcleos mineradores, mas próxima às estradas de escoamento de mercadorias, figurava-se como uma boa oportunidade, tanto para os indivíduos mais pobres quanto para os grandes proprietários que para lá se dirigiam.

Escravos de pequenas propriedades

As Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831 permitiu-nos melhor conhecer a composição sociodemográfica de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, cinco localidades que estavam situadas na Serra da Mantiqueira, na primeira metade do século XIX. Ao analisar a estrutura de posse cativa da região, foi-nos possível constatar o estabelecimento de pequenas, médias e grandes propriedades, sendo aquelas unidades que contavam com a presença de um até três cativos em sua composição social, a estrutura de posse mais recorrente. Dessa forma, tomando como base a estrutura de posse modal encontrada, nos dedicamos a analisar o perfil dos cativos que se encontravam presentes nessas pequenas unidades produtivas.

Estas Listas, também conhecidas como Censos ou Recenseamentos Demográficos são fontes de grande valia para os historiadores, pois permitem a estes conhecer os mais diversos aspectos de uma dada população. A partir desse documento, o pesquisador consegue ter acesso ao número de chefes de domicílio, porcentagem de chefes homens e mulheres, brancos e livres de cor, idade, cor/qualidade, o número de filhos presentes em cada domicílio, a estrutura das famílias, a presença de agregados e demais parentes, bem como a ocupação que era desempenhada por cada um desses indivíduos.

No que se refere à população cativa, essa fonte documental possibilita-nos verificar a estrutura de posse existente na localidade, examinando o número de escravos que se

encontravam presentes em cada um dos domicílios analisados. Além disso, permite-nos verificar a origem, a idade, o estado conjugal e o ofício que era desenvolvido por cada um desses municípios. Em síntese, consideramos as Listas Nominativas uma fonte de análise privilegiada, pois, mais do que proporcionar uma visão geral acerca da estrutura de um determinado local, enseja o pesquisador a melhor conhecer e entender a organização social e espacial desse ambiente.

Não obstante, ainda que se trate de uma fonte documental extremamente rica e plural, importa-nos ressaltar que as informações contidas nesses Censos fazem referência a um momento específico no tempo e no espaço. Portanto, os resultados apresentados não podem ser utilizados para caracterizar os anos anteriores ou mesmo posteriores a 1831. Dessa forma, o número de habitantes, o percentual de indivíduos livres e livres de cor, o número de escravos e todos os demais dados informativos fazem alusão somente à data supracitada.

No ano de 1831, os escravos que se encontravam presentes nas pequenas propriedades da Serra da Mantiqueira eram predominantemente homens jovens e adultos. Nesse contexto, os homens chegaram a representar 56,5% da população municipal total, e as mulheres somaram 43,5% da mesma. No que concerne à origem destes cativos, verificamos proporções bastante semelhantes entre o número de escravos africanos e nacionais (crioulos, pardos e mestiços), com 46,8% de escravos oriundos da África, e 53,2%, de municípios nativos. Maior desequilíbrio sexual pôde ser constatado entre os africanos, visto que os homens perfizeram 66,7% destes indivíduos, ao passo que as mulheres somaram apenas 33,3%. Situação distinta pôde ser observada entre os crioulos, pardos e mestiços, visto que 47,6% desses indivíduos eram homens e 52,4% eram mulheres.

Como bem se sabe, uma das perspectivas historiográficas acerca da reposição da mão de obra cativa é a que busca no tráfico atlântico a resposta para o aumento do número de escravos presentes em uma determinada propriedade (MARTINS, 1980). A outra vertente analítica é a que leva em consideração a reprodução natural dos municípios, afirmando que o aumento do contingente escravo se dava por meio do crescimento vegetativo da população (LUNA & CANO, 1983; BERGAD, 1996). No entanto, quando colocadas de forma isolada, nenhuma das duas vertentes mostra-se apropriada para explicar o crescimento da população municipal, principalmente em economias menos aquecidas. O crescimento do contingente cativo somente poderá ser compreendido se percebermos que esses dois processos se alternavam de acordo com as diferentes conjunturas econômicas e sociais, e que os mecanismos de reposição supramencionados podem não ter sido excludentes, mas, sim, complementares (FREIRE, 2009, p. 83-86).

Tomando como base os resultados encontrados, podemos argumentar que tanto o tráfico de escravos quanto a reprodução natural contribuíram de forma significativa para a reposição da mão de obra cativa dos pequenos proprietários da Serra da Mantiqueira. Tal suposição se torna ainda mais evidente quando analisamos a idade dos mancípios. Desses 154 trabalhadores, 58,4% possuíam idades variáveis entre 15 e 44 anos, isto é, estavam em plena idade produtiva. Entre os africanos, houve o predomínio de escravos adultos, os quais chegaram a representar 68,1%. Nesse contexto, as crianças africanas somaram apenas 16,7%, ao passo que a cifra dos infantes nacionais alcançou proporções mais elevadas, revelando-nos um maior equilíbrio entre o número de mancípios adultos e crianças.

Mas, se a superioridade de cativos homens adultos e em idade produtiva pode ser o indicativo de que esses pequenos proprietários tiveram acesso ao tráfico de escravos, o predomínio de crianças nacionais (75,5%) nos fornece os subsídios necessários para afirmar que a reprodução natural também foi um dos mecanismos utilizados para manutenção e/ou ampliação dessas escravarias. Dessa forma, partimos do pressuposto de que a reprodução natural e o tráfico de escravos foram mecanismos complementares, e ambos contribuíram para reposição do contingente cativo dessas pequenas propriedades.

A presença de idosos, crianças e mulheres provenientes da África, poderia nos levar a inferir que o baixo valor destes cativos no mercado fez com que os pequenos proprietários da Serra da Mantiqueira buscassem investir principalmente na compra desses mancípios. Todavia, a supremacia de escravos africanos homens e em idade produtiva, nos levou a deduzir que os homens e mulheres analisados empenharam-se na força de trabalho mais apta e capacitada do mercado, ainda que essa aquisição pudesse demandar mais tempo e esforço. A nosso ver, o predomínio de cativos adultos, em idade produtiva e do sexo masculino, que em síntese, era o melhor investimento que o dinheiro poderia vir a oferecer naqueles tempos, assinala a preferência por escravos imediatamente produtivos, demonstrando-nos que a racionalidade desses pequenos proprietários parece ter sido a do máximo aproveitamento dessa mão de obra.

Conclusões

A partir dos resultados obtidos através das Listas Nominativas de Habitantes, podemos inferir que o acesso ao tráfico de escravos foi uma realidade vivenciada também pelos pequenos produtores da Serra da Mantiqueira, ao menos no que se refere a primeira metade do século XIX. Nesse contexto, o predomínio de cativos do sexo masculino, principalmente entre os mancípios oriundos da África, fez-se evidente. Não obstante, foi-nos possível

constatar também um maior equilíbrio sexual existente entre os escravos nacionais, com proporções bastante equivalentes entre homens e mulheres. A supremacia de escravos homens jovens e adultos, bem como a supremacia de infantes nacionais, levou-nos a aventar a hipótese de que também nas pequenas propriedades da Serra da Mantiqueira o tráfico de escravos e a reprodução natural atuaram de forma complementar.

Ao que tudo indica, esses pequenos proprietários buscaram investir na mão de obra mais apta e capacitada do mercado, ou seja, em escravos imediatamente produtivos. Ainda assim, torna-se importante ressaltar que a predileção pelo tráfico de escravos ou pela reprodução natural dependeu do período de formação das posses, da maior ou menor proximidade com o tráfico transatlântico e também do raciocínio econômico empreendido pelos senhores (FREIRE, 2008).

Interessante observar que, nesse ambiente, mais afastado dos grandes núcleos mineradores do século XVIII, mas próximo às estradas de escoamento de mercadorias agrícolas, o acesso a mão de obra cativa esteve ao alcance homens e mulheres livres, fossem eles brancos ou livres de cor. Os pequenos proprietários pardos, crioulos e mestiços encontrados nos Censos de 1831 também apresentaram a posse de um ou mais escravos, muitos deles africanos jovens e adultos. Tais resultados apenas atestam a necessidade de pesquisas que se dediquem a analisar e melhor compreender esses domicílios, visto que, nessas pequenas unidades produtivas, a proximidade existente entre senhores e escravos fazia com que as relações estabelecidas entre ambos os sujeitos se tornassem cada vez mais plurais e complexas.

Fontes e Bibliografia

Fontes primárias digitalizadas

“Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831 de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca”. Disponibilizada pelo CEDEPLAR através do site:

<http://poplin.cedeplar.ufmg.br/principal.php?t=true&popline=listaNominativa&d=20218>

“Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831 de Santa Rita do Ibitipoca”. Disponibilizada pelo CEDEPLAR através do site:

<http://poplin.cedeplar.ufmg.br/principal.php?t=true&popline=listaNominativa&d=20216>

“Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831 de Ibertioga”. Disponibilizada pelo CEDEPLAR através do site:

<http://poplin.cedeplar.ufmg.br/principal.php?t=true&popline=listaNominativa&d=20226>

“*Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831 de Santana do Garambéu*”. Disponibilizada pelo CEDEPLAR através do site:

<http://poplin.cedeplar.ufmg.br/principal.php?t=true&popline=listaNominativa&d=11309>

“*Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831 de São Domingos da Bocaina*”. Disponibilizada pelo CEDEPLAR através do site:

<http://poplin.cedeplar.ufmg.br/principal.php?t=true&popline=listaNominativa&d=30502>

Fontes Bibliográficas

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1982.

BERGAD, Laird. W. After the Mining Boom: demographic and economic aspects of slavery in Minas Gerais, Brazil: Mariana, 1750-1808. In: *Latin American Research Review*, v. 31, n. 1, p. 67-97, 1996.

FREIRE, Jonis. *Escravidão e Família escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil, 2009.

_____. Famílias senhoriais, estratégias de manutenção e/ou ampliação de posses em escravos: Zona da Mata Mineira, século XIX. In: *Seminário sobre a economia e fontes documentais para o estudo da população e da família*. Diamantina/ Anais. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2008.

GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. *Agricultura e Caminhos de Minas (1700-1750)*. In: Revista do Departamento de História da FAFICH/UFMG, 1986.

LAGUARDIA, Rafael Martins. *Dos Dízimos a Demarcação de Terras: Geoprocessamento aplicado aos Módulos Rurais (Juiz de Fora, séculos XVIII-XIX)*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, 2015.

LIBBY, Douglas Cole. O tráfico negreiro internacional e a demografia escrava nas Minas Gerais: um século e meio de oscilações. In: FURTADO, Júnia (Org.). *Sons, formas, comes e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume, 2008.

LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da Posse de Escravos em Minas Gerais (1718). In: BARRETO, A.E.M. et al. *História Econômica: Ensaio*, São Paulo, IPE/USP, p. 25-41, 1982.

LUNA, Francisco Vidal; CANO, Wilson. *Economia escravista em Minas Gerais*. Cadernos IFCH/ UNICAMP, outubro, 1983.

MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego á escravidão numa economia não- exportadora. In: *A economia mineira no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1980.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. Famílias dos Sertões da Mantiqueira. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLVIII. p. 100-115, 2012.

PINHEIRO, Fábio. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos planteis mineiros. Zona da Mata – 1809-1830*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

RODRIGUES, André. Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. (Dissertação de Mestrado em História) – FFLCH , USP, São Paulo. 2002.

TEIXEIRA, Adriano Braga. Barbacena Colonial: uma vila mineira a última década dos setecentos. In: *Anais do Primeiro Colóquio do LAHES*. Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005.